

A exposição e a circulação de crianças no extremo sul da América portuguesa: um estudo de caso - (século XVIII)*

The exhibition and the movement of children in the far south of Portuguese America: a case study - (XVIII century)

Jonathan Fachini da Silva**
j_fachini@hotmail.com

Resumo: O fenômeno da exposição domiciliar de crianças, assim como em outras regiões do Brasil colonial, se fez presente na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre desde sua fundação em 1772. A Roda dos expostos, instituição de amparo potencializada pela administração portuguesa foi inaugurada apenas em 1838. Nesse período, a Câmara municipal era a responsável pela administração e criação dessas crianças, angariando fundos para o pagamento de “salários” para “famílias criadeiras” de expostos. Dado esse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar um aspecto do fenômeno da exposição: a “circulação de crianças”. No Antigo Regime a criança tinha certa mobilidade, passava por vários lares até atingir a idade adulta. O *locus* dessa análise é os expostos do capitão de ordenanças Manuel Bento da Rocha que recebeu diversos expostos, e por vezes os recusou passando os pequerruchos adiante. Trazer à luz as ações desse oficial camarário em relação aos expostos pode nos dar subsídio para entender como se dava efetivamente a administração da exposição na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre e o paradeiro dessas crianças.

Palavras-chave: expostos, circulação de crianças, cruzamento nominativo

Abstract: *The phenomenon of household exposure of children, as well as in other regions of colonial Brazil, was present in the Parish Mother of God of Porto Alegre since its founding in 1772. The Wheel of exposed, support institution strengthened by the Portuguese administration was inaugurated only in 1838. During this period, the Town Hall was responsible for the management and creation of these children by raising funds for the payment of wages to brooders families exposed. Given this context, the aim of this paper is to analyze one aspect of the exhibition phenomenon: the circulation of children. In the Old Regime the child had some mobility, passed several homes until adulthood. The locus of this analysis is exposed captain ordinances Manuel Bento da Rocha, who received several exposed, and sometimes refused passing pequerruchos below. Bring to light the actions of this city council official relative to those exposed can give us subsidy to understand how to effectively gave the administration of the exhibition at the Parish Mother of God of Porto Alegre and the whereabouts of these children.*

Keywords: *exposed, movement of children, cross word*

* O presente artigo é uma versão estendida e modificada da comunicação apresentada no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais nos dias 24 a 28 de novembro de 2014.

** Doutorando em História (UNISINOS). Atua nas áreas da Demografia Histórica, História da Família e da População. Co-editor da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS e membro do GT História da Infância, Juventude e Família da ANPUH-RS.

Introdução

A exposição de crianças foi um fenômeno recorrente em nosso passado colonial. A freguesia Madre de Deus de Porto Alegre presenciou essa prática desde a sua fundação no ano de 1772. Como a Roda dos expostos é fundada apenas em 1838, o abandono tinha um caráter domiciliar, ou seja, as mães e/ou famílias abandonavam sua prole na porta dos domicílios locais. A instituição responsável, em última instância, pela criação e sustento dessas crianças era a Câmara Municipal, como determinava as Ordenações do Reino.

A Câmara de Rio Grande, única no continente até 1809, transferiu-se para a freguesia de Viamão em 1763 com invasão espanhola àquela freguesia, e novamente se transfere para Porto Alegre em 1773, tornando-se a sede da capitania. É essa instituição, uma Câmara itinerante, que assumiu a responsabilidade com administração da exposição de crianças, seja através dos cofres públicos ou do chamamento à caridade pública, procurando remediar suas obrigações e custear a criação dessas crianças.

Um dos desafios dos estudiosos da infância desvalida é seu paradeiro quando adulto, muitas dessas crianças desaparecem no tecido social. Um dos fatores desse desaparecimento é a alta taxa de mortalidade infantil recorrente no período colonial.¹ Outro fator que se torna um desafio para o pesquisador é saber o paradeiro desses expostos, devido a uma característica comum da infância do Antigo Regime: a “circulação de crianças”. Alguns estudos a respeito da infância desvalida como de Guimarães dos Sá (1995) para Portugal e Renato Franco (2006) e, o mais recente, de Nicole Da-

mascono (2011), para as Gerais, mostraram essa característica do fenômeno da exposição: a “circulação de crianças”, isto é a transferência temporária ou definitiva da criança biológica para outros grupos familiares. Esta circulação de crianças podia assumir várias modalidades, desde o aleitamento por amas de leite até ao abandono em instituições, passando pela educação dos adolescentes. O fato é, que uma vez considerada a mobilidade da criança, a qual podia ser confiada a vários grupos familiares desde o nascimento, muitas são as formas de que esta circulação se podia revestir.

Frente a esse desafio, procuramos cruzar as informações dos Registros Paroquiais com os Termos de Vereança e os Róis de Confessados, o que nos permitiu identificar tanto os percentuais de exposição comparados a outras regiões, quanto essa mobilidade dos expostos por lares de criação. Neste sentido, para essa análise nos detemos a um personagem histórico que recebeu diversos expostos em sua porta, o *Capitão de Ordenanças Manuel Bento da Rocha*. Entender as ações desse oficial camarário em relação aos expostos pode nos trazer subsídios para entendermos as formas de administração do abandono por parte da Câmara e o acolhimento dessas crianças pelas portas de destino. Seguindo esse caminho, quem sabe podemos chegar ao paradeiro dos expostos na Madre de Deus.

Dessa forma a metodologia aplicada para esta pesquisa parte de uma abordagem na esteira da Demografia Histórica de encontro com a História Social, História da Família e da População. Dispomos de um banco de dados dos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) denominado NACAOB² e um segundo

¹ Sobre a mortalidade e a morbidade dos expostos, ver: SILVA, J. F. 2013, SILVA, Jonathan Fachini da. Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810). *Cadernos de História*, UFOP, Mariana, Ano VII, p. 76-93, 2013.

² O NACAOB é uma ferramenta desenvolvida especificamente para o cadastramento de registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) e que permite a reconstituição semiautomática de famílias. Para mais detalhes a respeito desse software e suas potencialidades, ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso lusobrasileiro. In. BOTELHO, Tarcísio R; LEEUWEN, Marco H. D. van (Orgs.), *História social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte, Veredas & Cenários, 2012, pp. 83-108.

banco de dados, das atas da Câmara. A partir do cruzamento nominativo desses bancos de dados partimos de uma análise macro para uma escala micro. Nesse caso, o “nome” é o nosso *fió de Ariadne* conforme denomina Carlo Ginzburg (2007).³

A exposição de crianças no extremo sul da América portuguesa

No extremo sul da América portuguesa nossa atenção está voltada para as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, e alguns dados disponibilizados referente a Matriz de Rio Grande. A análise dessas freguesias se dá devido aos locais de residência e circulação de *Manuel Bento da Rocha* o qual, daremos foco posteriormente.

O contexto de criação dessas freguesias se vincula a conjuntura de disputa desses territórios pelas coroas ibéricas, que remonta, pelo menos, ao século XVII. A política portuguesa para essa região se baseava no princípio do *uti-possidetis*: a coroa portuguesa asseguraria a posse dessas terras por meio da ocupação dos espaços, através da instalação de uma população que desembarcava da metrópole e de outras regiões da colônia, acrescida de uma numerosa população escrava e indígena.

Nos meados do século XVIII, a importância dessa região, inserida nesse contexto fronteiro, cresceu por conta da invasão espanhola na Vila de Rio Grande, que era a mais antiga do continente do Rio Grande de São Pedro. Como desdobramento dessa invasão, a Câmara de Rio Grande foi transferida para freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão (no ano de 1763) e, posteriormente, foi deslocada, novamente, para a recém-formada Freguesia Madre de Deus

de Porto Alegre (1773), que anteriormente havia sido denominada como “Porto dos Casais”, devido ao desembarque de casais açorianos para a colonização dessas terras no extremo sul da América lusa.

A formação e povoação de Rio Grande se deram em torno da fortificação Jesus-Maria-José e os enlaces em torno de Colônia do Sacramento. No ano de 1738, o primeiro pároco chega a freguesia de Rio Grande de São Pedro que já havia sido criada por uma provisão de agosto de 1736. Foi no ano de 1747 que a dita freguesia foi elevada à categoria de vila constituindo uma Câmara de Vereadores apenas quatro anos mais tarde. Logo a localidade foi povoada por refugiados da Colônia de Sacramento, colonos vindos das ilhas dos Açores e uma forte presença indígena que havia nessas terras (MARQUES, 2011).

A freguesia de Viamão teve sua origem numa capela vinculada à vila de Laguna, atual estado de Santa Catarina, fundada em 1741 por famílias que desciam de São Vicente (São Paulo) e de Laguna mesmo, ainda antes da criação oficial da Freguesia de Rio Grande (a mais antiga da capitania).

No ano de 1747, Viamão foi elevada a condição de freguesia, e em 1746 contava com 282 habitantes. Dez anos mais tarde, a população já havia aumentado muito, alcançando 1.116 almas. Tal crescimento está diretamente associado à entrada dos contingentes de açorianos que foram deslocados para a região sob os auspícios da coroa portuguesa, visando implementar a política de ocupação já mencionada (KÜHN, 2004).

À exemplo do que ocorreu com Viamão, a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre teve também um desenvolvimento acelerado. Segundo levantamentos da época, a freguesia (fundada em 1772) contava

³ Trata-se de uma metáfora, usada por Ginzburg (2007), referente ao mito grego (em que Teseu recebe, de Ariadne, um fio que o orienta pelo labirinto, onde encontrou e matou o minotauro). Nesse sentido, o nome é o fio que nos orienta, através do cruzamento de fontes para o fim de se reconstituir a História dessas crianças que foram expostas no extremo sul da América portuguesa.

com um contingente populacional de 1.512 habitantes, apenas oito anos depois de sua criação. De 1780 a 1798 esses números serão duplicados para 3.268. No início do século XIX (1810) já havia alcançado cerca de 6.000 habitantes (SANTOS, 1984).

Aliás, deve-se enfatizar que não apenas essas duas freguesias, mas o continente do Rio Grande de São Pedro apresentou um crescimento acelerado. Em 1780 a população total do continente fora estimada em 18 mil pessoas, e que, no decorrer de dezoito anos (em 1798), havia se verificado um aumento de populacional de 18%, com uma taxa anual de crescimento da ordem de 3.2%. Para se ter uma ideia São Paulo, Bahia, Pernambuco e Alagoas neste período cresceram a uma taxa máxima de crescimento de apenas 2.3%. Na virada do século, entre 1798-1814, o ritmo de crescimento foi ainda maior, de 111% na população total (OSÓRIO, 2008).

pelo menos os registros de batismos não deixam claro essa prática. Nos batizados os batismos apresentam na maioria das vezes a criança como filha de “pai incógnito” ou “pais incógnitos”, para o caso dos poucos expostos havidos nesse conjunto (HAMEISTER, 2006).

Em números absolutos em Rio Grande nos sete primeiros livros de batismos da Matriz que cobrem os anos de 1738 a 1795 foram contabilizados um total de 14 crianças que o pároco apenas denominou “filha de pais incógnitos”, o que não nos deixa certeza se essas foram realmente enjeitadas. As que foram efetivamente expostas, para esse período somam 67 crianças, o que chegaria ao resultado de aproximadamente 1,2% dos registros de batismo da população.⁴ Em relação a freguesia de Viamão o banco de dados já está em fase de alimentação, o que nos permite ter dados mais consistentes.

Dada	Total	Legítimas		Naturais		Expostas		N/D*	
		N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%
1740	71	51	71,8	6	8,4	0	0	14	19,7
1750	510	415	81,4	50	9,8	1	0,2	44	8,6
1760	536	457	85,2	25	4,7	6	1,2	48	8,9
1770	579	485	83,7	21	3,6	30	5,2	43	7,4
1780	672	556	82,7	88	13,1	15	2,2	13	2,0
1790	1055	777	73,6	236	22,3	27	2,5	15	1,4
Total	3423	2741	80,1	426	12,4	79	2,3	177	5,2

Tabela 1— Nossa Senhora da Conceição de Viamão 1740-1790, Batismos de crianças legítimas, naturais e expostas.

Fonte: Dados extraídos do software NACAOb, São Leopoldo, 2014.

*Trata-se dos registros de batismos que não foram definidos a legitimidade da criança.

Em relação ao nosso tema, podemos apreciar a prática do abandono domiciliar a partir das informações coletadas nos assentos de batismo dessas freguesias. Começaremos por Rio Grande, a mais antiga. A exposição de crianças se pareceu amena nessa freguesia ou

Os dados disponíveis para a freguesia de Viamão⁵ se limitam ao século XVIII, não temos neste momento as informações para a primeira década do XIX. Aqui chamamos a atenção para o significativo número de assentos para os quais o padre não informou a condi-

⁴ Os registros paroquiais de Rio Grande referente aos expostos foram gentilmente cedidos pela pesquisadora Rachel de Souza Marques, atualmente doutoranda da Universidade Federal do Paraná.

⁵ Os registros paroquiais utilizados aqui para essa freguesia foram disponibilizados por Fábio Kühn e Eduardo Santos Neumann, frutos do projeto: *Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão (século XVIII)*, realizado entre 2000 e 2002.

ção de legitimidade da criança batizada (5,2% em média para todo o período). A primeira constatação é o impacto da entrada dos colonos açorianos, que faz com que os batismos registrados naquela paróquia tenham aumentando em quase oito vezes, entre a década de 1740 e a de 1750. Além disso, ressaltamos o modesto percentual de crianças naturais (nascidas fora do casamento consagrado pela Igreja) se comparadas a outras freguesias da colônia no mesmo período e mesmo em relação às freguesias minhotas. Manteve-se abaixo dos 10% até a década de 1770, mas nas duas décadas seguintes verificamos um aumento significativo, alcançando os 13% em 1780, situação que se agravou na década de 1790, quando ultrapassou os 20%. Contrariamente, a prática do abandono se manteve em índices comparativamente mais baixos, próximos dos percentuais apresentados pelas freguesias do Concelho de Guimarães. A média geral, entre as décadas de 1740 e 1790, ficou em 12,4% de crianças naturais e apenas 2,3% de expostas. Em números absolutos, apenas 79 crianças foram abandonadas entre as décadas de 1740 e 1790.

Algumas características desse quadro do abandono permanecem para a freguesia Madre de Deus, como podemos ver.

De 1772 (ano de sua criação) até 1810, 205 bebês foram abandonados por suas mães e/ou famílias, um número expressivo se pensarmos na realidade de algumas freguesias rurais do noroeste português, como vimos anteriormente. Esse dado é expressivo mesmo frente a Viamão que teve 2,3% de expostos no total. Entre as décadas de 1770 e 1790, registramos uma tendência de aumento, ultrapassando o montante para Viamão. Como colocado, podemos admitir que o aumento da exposição acompanha o crescimento da própria freguesia: se apenas oito crianças foram abandonadas ao longo da década de 1770 (de fato entre 1772 e 1780), anos depois, entre 1801 e 1810, registrar-se-ia 117 assentos de crianças enjeitadas, o que representa cerca de 7% do total de crianças batizadas na Madre de Deus.

Entretanto se compararmos com outras áreas mais urbanizadas do Brasil, percebemos que esses índices são modestos. Para a vila de São Paulo, por exemplo, que constituía o núcleo urbano principal e capital administrativa da Capitania de mesmo nome, os índices de abandono chegaram aos patamares de 21,9% na segunda metade do século XIX. Na Freguesia da Sé, da cidade de São Paulo média foi de 15% entre 1741 e 1755, e de 18%, entre 1780 e 1796 (VENANCIO, 1990). Já em áreas mais pobres de economia de subsistência como Ubatuba, litoral paulista, a proporção de

Década	Total	Legítimas		Naturais		Expostas	
		N.A	%	N.A	%	N.A	%
1770	371	338	91,2	25	6,7	8	2,2
1780	763	658	86,2	77	10,1	28	3,6
1790	1351	1099	81,3	200	14,8	52	3,8
1800	1761	1352	76,7	292	16,5	117	6,6
Total	4246	3447	81,3	594	13,9	205	4,8

Tabela 2—Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre 1772 – 1810, Batismos de crianças legítimas, naturais e expostas. Fonte: Dados extraídos do software NACAOB, São Leopoldo, 2014.

expostos era de somente 0.6%. Em Sorocaba, outra localidade paulista, houve anos em que absolutamente nenhuma criança exposta fora registrada, embora a média tenha sido 4.1% nos anos de 1679 e 1845 (MARCÍLIO, 1996).

Esses percentuais parecem se repetir nas freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, Sé e São José, a proporção de expostos batizados entre a população geral foi de 21.3%. Já nas áreas rurais como Guaratiba, Irajá, Jacarepaguá e Inhaúma a proporção decresce para 3.3% (FARIA, 1998). Na região de Minas Gerais, especificamente em São João del Rei, também uma área sem roda de expostos, a média percentual é de 8% (BRÜGGER, 2006).

Estes dados registrados para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais indicam que nas áreas urbanas a prática do abandono se intensificava, com índices muito maiores do que aqueles registrados em localidades rurais. Explicar esta situação tem sido um desafio para os historiadores. Como podemos ver, os dados relativos a exposição no extremo sul aproximam-se aos de áreas sem assistência formal. Entretanto se compararmos as freguesias selecionadas para essa análise podemos tirar algumas conclusões:

enfeitadas 79 crianças em Viamão, 38 delas do sexo feminino e 40 do sexo masculino. Uma das crianças não pode ter o sexo identificado. Na Madre de Deus são 103 meninos e 102 meninas. Esses dados nos indicam que não havia o predomínio de um sexo por outro na exposição de crianças, ou seja, não tinha preferência por expor mais meninos ou meninas.

Voltando ao quadro 1, um ponto importante que os dados nos apontam é que nas décadas de 1770 e 1780 a exposição tem queda na freguesia de Viamão, enquanto houve uma tendência de aumento na Madre de Deus. Uma explicação possível para esse dado se dá pela transferência da Câmara Municipal de Viamão para a freguesia recém-formada em 1773. Dessa forma, o abandono poderia ter seguido a Câmara, que era responsável pela criação dos bebês.

A pergunta que se coloca: é se a população passa a dar a preferência por abandonar as criancinhas na Madre de Deus, pois, nitidamente o período analisado mostra que a prática do abandono está em declínio na freguesia de Viamão e, ao contrário, na Madre de Deus, os níveis de abandono estão em franco aumento.

Década	Rio Grande*	Viamão	Porto Alegre
1760	10	06	-
1770	05	29	08
1780	29	15	28
1790	23	27	52
1800	-	-	117
Total	67	79	205

Quadro 1—Batismos de expostos por décadas, Freguesias de Rio Grande, Viamão e Porto Alegre. Fonte: Dados extraídos do software NACAQB, São Leopoldo, 2014.* Do ano de 1738 até 1759 foram registrados apenas 7.

Em Rio Grande, entre 1760 e 1790, foram expostas 60 crianças (36 meninas e 31 meninos) entre 1760 e 1790. Entre as décadas de 1760 e 1790, foram

A administração camararia do abandono

Um ponto central para explicarmos esses dados se dá justamente pela ação da Câmara na administração

do abandono, o que, conforme os dados nos indicam, centraliza a exposição em Porto Alegre. Abaixo, na ilustração, podemos observar o percurso da Câmara de Rio Grande, passando por Viamão e se instalando em Porto Alegre.

não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez

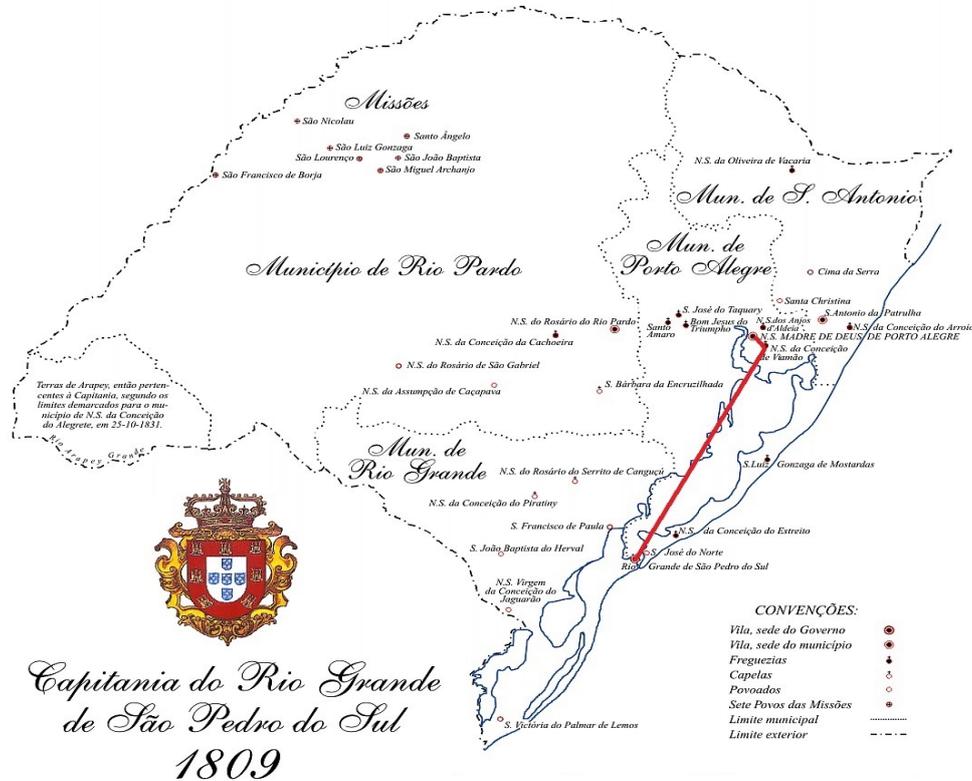


Ilustração 1—Mapa digitalizado do Continente do Rio Grande de São Pedro (1809)Fonte: Mapa baseado na reconstrução histórico-cartográfico, executada no Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, por João C. Campomar Junior, desenhista-cartógrafo, em julho/1942. Reeditado digitalmente por Sérgio Buratto em Junho/2002. Disponível em: <<http://genealogias.org>>. Acesso em: 25 set. 2014. [reelaboração do autor]

Nossa atenção nesse momento está na administração a partir da Câmara em Porto Alegre pelo acesso as fontes. Desde o princípio de sua instalação em sua nova sede, a Câmara Municipal se mostrou preocupada com a exposição de crianças, práticas administrativas desenvolvidas ainda em Rio Grande:

Acordaram que porquanto se tinham exposto várias crianças enjeitadas pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se

das carnes com que as expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês. (AHPAMV, Atas da Câmara, 06/09/1773). [grifos meus]

Os dados relativos aos batismos na freguesia justificam essa preocupação, visto o crescente do fenômeno de 1772 a 1810. Logo nos primeiros anos de então, a Câmara mandou preparar um livro de matrícula⁶

⁶ Apesar dos Termos de Vereança deixarem claro que existia esses livros de matrículas de expostos para Porto Alegre, infelizmente, em inúmeras buscas, não os localizamos. Provavelmente, foram extraviados em meados do século XX quando os arquivos municipais e estaduais começavam a organizar e dividir seus acervos.

para os expostos e se propôs a pagar salários de criação. Esses salários se mantiveram estáveis no mesmo valor para esse período e apesar desse valor ser estipulado mensalmente, a Câmara deixava acumular os montantes de quatro ou cinco meses para pagar as famílias, ou, em muitos casos, administrava a receita das despesas com o auxílio de particulares como veremos.

Os salários pagos as “famílias criadeiras” de expostos eram de 3\$200 réis por mês (criação até os 3 anos de idade), passando para 1\$600 réis por mês (criação dos 3 aos 7 anos de idade) e se acrescenta ainda o pagamento anual de 3\$200 réis pelo vestuário da criança. Despesas funerárias dos anjinhos também foram arcadas pela Câmara, mas em raros casos não há um padrão para esses. É o caso do exposto *Tristão* que seu falecimento importou em 4\$323 réis e com 3\$200 réis de mortalha faz a quantia de 7\$523 réis.

O que sabemos com certeza, é que o salário era pago até a criança ao completar seus sete anos de idade, com o registro de batismo sendo o documento comprobatório. Desse momento em diante, a família criadeira decidiria se ficaria com a criança gratuitamente, ou a

devolveria ao procurador do Conselho para encontrar outro lar para a mesma.⁷

Esse salário oferecido para criação de expostos parece modesto, entretanto se somarmos os três primeiros anos de criação (3\$200 réis mensais por 36 meses) mais os três anos de vestuário (3\$200 réis anuais por três anos) teremos o valor de 124\$800 réis. Para termos uma dimensão desse pecúlio, um escravo de “primeira linha” (sexo masculino, entre 20 e 29 anos de idade) custava em média 177\$351 réis, entre 1812 e 1822 (BERUTE, 2006). Neste sentido criar um exposto até os sete anos rentaria mais que o valor de um escravo de alto estima no mercado.

A partir do ano de instalação da Câmara Municipal em Porto Alegre (1773) até 1810, houve 499 recorrências de pagamentos de salários de expostos. O que representava uma despesa considerável, perfazendo um montante de 313\$743 réis. Valendo-se de um quadro das despesas anuais camararias para o período de 1773 a 1780, podemos nos aproximar das despesas referentes aos expostos, a partir dos pagamentos expressos nos Termos de Vereança.

Ano	Despesa geral	Despesas c/ expostos	%
1773	165\$160 réis	16\$000 réis	9,7
1774	162\$365 réis	38\$400 réis	23,7
1775	112\$800 réis	5\$120 réis	4,5
1776	309\$133 réis	-	-
1777	151\$310 réis	3\$200 réis	2,1
1778	409\$350 réis	93\$200 réis	22,8
1779	220\$665 réis	122\$623 réis	55,6
1780	298\$508 réis	35\$200 réis	11,8

Tabela 03—Despesas da Câmara e Despesas com Expostos 1773-1780. Fonte: Dados reelaborados a partir de Comissoli (2006) / AHPAMV, Livros de vereança 1 a 5 (1766-

⁷ Renato Pinto Venancio (2002) observa nos seus estudos para Salvador que algumas famílias se afeiçoavam as crianças, principalmente na ausência de um filho legítimo falecido precocemente. Nesse caso a incorporação da criança exposta a família seria uma espécie de substituição. No atual andamento da pesquisa, penso ser arriscado estabelecer parâmetros neste momento, é preciso ainda, um cruzamento maior com as fontes.

Esse quadro das despesas camararias, apesar dos possíveis sub-registros podem nos informar alguma coisa. Conforme consta, o acúmulo de pagamentos aos criadores de expostos fazia com que em alguns anos era gasto 30% ou até 50% das despesas com esse fenômeno. Basta prestarmos atenção aos anos de 1778 e 1779. Ainda não foram contabilizados os valores que eram oferecidos por particulares para o auxílio. Como o caso de *Francisco Lopes Nunes* que paga 7\$400 referente ao salário de criação de duas expostas. Para Vila Rica, em Minas Gerais, Renato Franco (2006) coloca que uma alternativa adotada foi a transmissão de dívidas, papéis emitidos pela Câmara se tornaram moeda de negociação, não raro contados como bens nos espólios dos criadores falecidos. Dessa forma, os matriculantes poderiam saldar suas próprias dívidas *trespassando* as obrigações da Câmara a terceiros.

Na freguesia Madre de Deus, a exposição de crianças está ganhando força concomitantemente com a procura pelo pecúlio camarário, a transmissão de dívidas ainda não se mostrou uma alternativa aplicada.⁸ E mesmo a caridade pública não está se mostrando eficaz. Não tarda para a Câmara tomar atitudes mais enérgicas, como foi aprovada derramas e cobrados impostos específicos destinados ao pagamento dos expostos. Essas ações da Câmara se iniciam no ano de 1813, mas se estende até 1837 quando passa a responsabilidade dos expostos à Santa Casa.⁹

Nesta mesma vereança se retificou a ordem dada ao escrivão desta Camara em verença passada, para escrever um officio aos vigários deste termo a pedir-lhe o rol de seus freguezes cabeça de cazaes para serem multados no assento geral a

que accordarão proceder para o pagamento das criações dos expostos, visto não haver no cofre do concelho dinheiro com que se lhes pague.(AMPAMV, Termo de Vereança,25/08/1813)

Essa foi a primeira medida camararia a se propor a fazer um levantamento para cobrança de multa as famílias que tinham acordado em contribuir para o pagamento dos expostos. Interessante ainda a salientar como a Câmara alega não ter recursos financeiros para cobrir esses custos. Como havíamos observado, nem todo exposto estava sobre responsabilidade da Câmara em Porto Alegre, dos 205 expostos, até 1810, a Câmara assistiu à 170, ou seja, cerca de 83%. Entretanto, como se trata de um único senado para a província. Neste caso, além de Porto Alegre, havia pagamentos efetuados para famílias localizados em freguesias de Viamão, Rio Pardo, Aldeia dos Anjos entre outras. Neste sentido, não é de estranhar a alegação da Câmara por falta de recursos nos cofres públicos. Dado esse contexto, voltaremos nossa atenção as entrelinhas dessa administração através de um *homem bom* atuante nessa Câmara, *Manuel Bento da Rocha*.

O ditto Capitão Ordenanças e a circulação de crenças

A atuação de *Manuel Bento da Rocha* nos ajuda a entender algumas dinâmicas do fenômeno da exposição de crianças no extremo sul da América portuguesa. Esse fenômeno era amplamente praticado e aceito por essa sociedade. Cabe nesse caso, entendermos como se dava assistência ou como essa sociedade lidava com esse fenômeno social. Frente a esses questionamentos, foi investido no cruzamento nominativo para resgatar-

⁸ O estudo de Cíntia Araújo (2005) mostra que outro recurso utilizado pela Câmara era se valer de um alcaide responsável por policiar sobre as gestantes da freguesia, na tentativa de evitar o enjeitamento da criança e punir o expositor. Para a freguesia Madre de Deus, as fontes não me permitiram perceber essa existência.

⁹ Todo o conflito burocrático entre a Câmara e a Santa Casa de Misericórdia pela isenção da responsabilidade com os expostos pode ser acompanhado no trabalho de Jurema Gertze (1990). A autora mostra que mesmo a Santa Casa hesitava em instalar a Roda dos expostos e institucionalizar o abandono.

mos um pouco da trajetória desse capitão de ordenanças e sua relação com crianças expostas.

O ator social de que estamos tratando já foi objeto de pesquisadores da recente historiografia sulina, a título de exemplo: Martha Hameister (2006), Fábio Kühn (2006) e Adriano Comissoli (2006).

Residente em Rio Grande, Viamão e depois na nova sede da capitania, Porto Alegre, *Manuel Bento da*

Nesse sentido fizemos uma busca minuciosa nos registros de batismos de expostos que foram enjeitados à porta de nosso protagonista. Em Rio Grande, não há registro de nenhuma criança deixada em sua propriedade ou em propriedades pertencentes à família de sua esposa *Dona Isabel Francisca da Silveira*. Já quando residia na freguesia de Viamão levou a pia batismal dois expostos, *José*, no ano de 1766, e *Francisco*, no ano de 1771.

BATISMO	EXPOSTO	PADRINHO	MADRINHA
José	18/12/1766	Manuel Bento da Rocha	—
Francisco	03/05/1771	Francisco Luís Coelho	Nossa Senhora

Quadro2 - Expostos deixados no domicílio de Manuel Bento da Rocha (Viamão). Fonte: Dados extraídos do software NACAOB, São Leopoldo, 2014.

Rocha atuou em vários setores sociais, como destaca Fábio Kühn (2006, p.319):

Manuel Bento da Rocha pode ser considerado um verdadeiro empreendedor do Antigo regime: foi homem de negócios, dono de embarcações, contratador e acaudalado fazendeiro. Apesar de identificar-se com o grupo mercantil, uma das suas estratégias preferenciais foi a formação de um avultado patrimônio fundiário.

Apesar de suas terras e atuação como comerciante, um dos pontos de sua vida que nos é importante em relação aos expostos, é que foi oficial camarário tanto em Viamão quanto em Porto Alegre e ainda, segundo Martha Hameister (2006, p.112), há fortes indícios que já atuava na Câmara em Rio Grande antes da invasão espanhola e seu deslocamento para Viamão em 1763. Essa atuação nos indica que teve contato com a questão da exposição de crianças visto que, como mencionamos anteriormente, a Câmara administrava a criação dessas crianças.

O exposto *José* recebeu por padrinho o próprio *Manuel Bento da Rocha*, entretanto ele não estava presente no evento e, por procuração, sua esposa *Dona Isabel Francisca da Silveira* o representou. As fontes não nos dizem muito se *Manuel Bento Rocha* acolheu essas duas crianças ou as entregou e passou para outro domicílio que os criasse. Entretanto, ao cotejarmos o Rol de Confessados da desobriga de 1779, observamos que logo abaixo do nome do casal chefe do fogo havia os nomes de *Francisco Inácio* e *José Luís* que poderiam se tratar desses expostos. Não é referida a idade deles, mas no caso de *José Luís* consta que estaria se crismando nesse ano, isso é uma forte evidência de ser o exposto, visto que em 1779 estaria com cerca de treze anos de idade, ou seja, a idade permitida para se crismar.

Quando *Manuel Bento Rocha* passou a residir em Porto Alegre com a transferência na Câmara em 1773, outras duas crianças foram expostas na porta de seu fogo no ano de 1783. Dessas meninas expostas que levou a pia batismal, *Doroteia*, ele mesmo a apadrinhou no dia dez de novembro de 1783.

BATISMO	EXPOSTO	PADRINHO	MADRINHA
10/11/1783	Doroteia	Manuel Bento da Rocha	Luisa Josefa Bittencourt
09/09/1783	Esmeria	Miguel Pereira Fernandes	Francisca Joaquina

Quadro 3—Expostos deixados no domicílio de Manuel Bento da Rocha (Porto Alegre). Fonte: Dados extraídos do software NACAQB, São Leopoldo, 2014.

Quanto à exposta *Esmeria*, um fato ocorre que foi nos foi permitido reconstituir pelo cruzamento da ata de seu batismo com os Termos de Vereança. Vamos ao caso: *Aos nove dias do mês de setembro de 1783, na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, o Reverendo Padre Pirez da Silveira pôs os santos óleos à inocente Esmeria, que foi deixada na porta da casa do Capitão de Ordenanças Manoel Bento da Rocha. No momento do ocorrido, o dito capitão estava em viagem e se achava com sua família fora dessa Vila. Nem na mesma ocasião na casa do dito Capitão-mor havia pessoa alguma.* O Procurador do Conselho mandou-lhe avisar da pequena exposta em sua casa e se tinha algum interesse no acolhimento da criança. Enquanto aguardava pela resposta, passaram a criança para a morada de *Bento Xavier, porteiro da Villa.* Foi *Bento Xavier* o responsável por levar a pequena alma para receber o batismo. A pequena *Esmeria* teve, como de costume, dois padrinhos: *Miguel Pereira Fernandes e sua mulher, Francisca Jozefa, moradores da mesma freguesia.*

O Capitão-mor, tão logo retornou com sua família à freguesia Madre de Deus, respondeu que não queria criar a dita criança. A Câmara, então, com a autoridade que lhe era de direito, encaminhou a exposta *Esmeria* para a casa de *Mateus Pereira* no dia treze de setembro do mesmo ano, para que ele assumisse os cuidados de sua criação. Contando desse dia, *Mateus Pereira* passou a receber um salário pela criação da ex-

posta. Ainda caso semelhante é da exposta *Izabel*, que o procurador do Conselho, cargo responsável pela distribuição das crianças expostas à famílias criadeiras, à entrega a *Manuel Bento da Rocha* para que esse a criasse em troca dos salários cedidos pela Câmara.

Os casos das enjeitadas *Esmeria* e *Izabel* ilustram um ponto central intrínseco ao fenômeno do abandono e que dificulta ao pesquisador reconstituir o destino desses expostos quando adultos: a circulação de crianças. Esse conceito foi extraído da antropologia, a partir do trabalho de Cláudia Fonseca (2002) que percebeu a “circulação de crianças” em bairros populares de Porto Alegre, onde a criança passava por vários lares até atingir a idade adulta. O fato é que, uma vez considerada a mobilidade da criança, a qual podia ser confiada a vários grupos familiares desde o nascimento, muitas são as formas que esta circulação se podia revestir. A autora destacou a importância dessa prática como determinante para estabelecer as relações sociais entre os grupos os quais analisou.

Se apropriando desse conceito e o transportando para uma sociedade de Antigo regime, em que esse fenômeno é perceptível, Guimarães dos Sá (1995, p.11) aborda que essa circulação de crianças podia assumir várias modalidades, desde o aleitamento por amas de leite até o abandono em instituições, para a autora o aspecto mais importante dessa mobilidade infantil era que:

(...) consistia no facto de, para além da responsabilidade parental estritamente biológica, existirem alternativas de responsabilidade social que vão desde o cuidado temporário de crianças até à transferência completa de direitos legais e que transforma a paternidade num fato mais social do que biológico.

Nos estudos para Mariana, nas Gerais, Nicole Damasceno (2011, p. 107) percebeu nas listas de habitantes que alguns fogos possuíam crianças expostas como agregados e outros fogos possuíam crianças que não eram necessariamente expostas, também não eram filhos biológicos do casal do fogo, tratava-se das “crianças alheias” como denominou. Também em Minas Gerais, em Vila Rica, Renato Franco (210, p.156) nos alega que as crianças que eram abandonadas nas portas, não significava que o lar as iria receber e, mesmo que as recebesse, não garantiria a permanência na casa. Em “ambos os casos estavam presentes, ou seja, havia aquelas que encontravam receptividade já no primeiro domicílio e outras que passavam de mão em mão até serem acolhidas”.

Essa realidade pode ser transportada para o Rio Grande de São Pedro, pois as crianças enjeitadas à porta do capitão de ordenanças tinham transferência para outros lares, os de famílias criadeiras. Nesses lares, esses expostos permaneciam até os 7 anos sob custódia da Câmara, após esse período era de decisão dessa família abrigar a criança ou (re)passá-la adiante. A criança nesse sentido, depois da porta do capitão de ordenanças passava por portas de segundos e terceiros, como a exposta *Esméria* que foi deixada na casa de *Mateus Pereira*.

Nesta vereança se mandou pagar a Francisco Martins Moreira e Souza a quantia que tanto importa a gasto que fez com o vestuário com que assistiu a exposta Esméria em casa de Mateus Pereira. (AHPAMV, Atas da Câmara, 06/01/1788).

É interessante destacar também que os pagamentos eram feitos por terceiros que também cobravam da administração pública o ressarcimento. A vereança citada ilustra a ordem de pagamento a *Francisco Martins Moreira e Souza* que havia custeado o vestuário da exposta *Esméria*, enjeitada na porta de *Manuel Bento Rocha* e criada na porta de *Matheus Pereira*. No caso aqui proposto trouxemos os expostos que cruzaram pelo caminho de *Manuel Bento da Rocha* para ilustrar ainda outro fator dessa circulação de crianças expostas.

No caso do extremo sul da América portuguesa, com administração constante da Câmara angariando fundos para o pagamento de salários à famílias que se propusessem criar expostos, podemos seguramente alegar que a circulação de crianças estava ligada a um comércio de criação de expostos. Um último indício de que os expostos deixados à porta de *Manuel Bento Rocha* seguiram outro curso é pela análise de seu testamento. O capitão de ordenanças não teve filhos e não menciona uma palavra sobre algum exposto que tenha sido criado em seu fogo. Assim, esses expostos foram passados adiante ou tiveram o destino interrompido por uma morte precoce.

Considerações finais

Podemos destacar algumas conclusões preliminares a respeito da exposição de crianças no extremo sul da América portuguesa. Os percentuais analisados para as freguesias que sediaram a Câmara do Rio Grande de São Pedro até 1809 se aproximavam dos de áreas onde não havia Roda. Ainda, podemos alegar que ao contrario de outras diversas localidades, a Câmara não se isentou de sua responsabilidade de angariar fundos para custear a criação dos expostos e sua administração acentuou a “circulação de crianças” intrínseco á esse fenômeno.

A partir da atuação do *Capitão de Ordenanças Manuel Bento da Rocha* em relação aos expostos deixados em sua porta, torna-se um desafio ao pesquisador saber o paradeiro dos expostos. O que sabemos é que a administração do abandono gerava uma espécie de comércio dessas crianças expostas em que até os próprios homens bons do senado usufruíam desses recursos. Nesse sentido, a administração da exposição pela Câmara era o próprio motor de sua dinâmica, centralizando o enfeitamento dessas crianças em Porto Alegre. Em

outras palavras, se com a presença atuante da Câmara na administração do abandono, poderia dar segurança as famílias em enjeitar sua prole (pelos mais variados motivos) em Porto Alegre, pois invariavelmente essa criança iria receber alguma assistência. Em contrapartida, a Câmara usava desse poder de barganha em administrar essa exposição criando uma rede de comércio dessas crianças, um ponto que ainda deve ser aprofundado pela historiografia dedicada a esse tema.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Cíntia Ferreira. *A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)*. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2005.
- BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Abandonadas nas soleiras portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: *Cativeiro e Liberdade*, nº 4, Rio de Janeiro: UFRJ/UFF, 1996.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790 - c. 1825*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças Expostas: um estudo da prática do enfeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. In: *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. p. 116-146, 2006.
- CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.
- DAMASCENO, Nicole de Oliveira A. *Ser exposto: “a circulação de crianças” no termo de Mariana (1737-1828)*. Mariana/MG, Dissertação de mestrado. UFOP, 2011.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FRANCO, Renato. *Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- GERTZE, Jurema M. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Porto Alegre: PUC-RS, 1990. (Dissertação de Mestrado)
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Doutorado em História)

KÜHN, Fábio. *Gente de fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa –século XVIII*. In: GRIJÓ... [et al]. (orgs). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul* –Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. (Doutorado em História)

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara*. Terra e população. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820)*. Curitiba: UFPR, 2011. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984

SÁ, Isabel de Guimarães dos. *A circulação de crianças na Europa do Sul –o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian/JNICT, 1995.

OSÓRIO, Helen. *Expansão Territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX*. In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2008.

VENANCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de criança no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1990.

_____. *Maternidade negada*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Fontes:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Testamento** - Testador: Manuel Bento da Rocha Sena – 1 Cartório de Órfãos de Porto Alegre, 1791 (Livro 2). Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. **Livro dos Termos de vereança**. [manuscrito]. (12 v.) (1773-1837). Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). **Livros de registros de batismos (1772-1837)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1837. (9 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE (VIAMÃO). **Livros de registros de batismos**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1837. (4 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE) **Róis de Confessados e Comungados**. [manuscrito]. Porto Alegre, Anos: 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1791, 1792, 1793, 1797, 1798, 1799, 1800. (12 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Submissão: 13/04/2015

Aceite: 30/08/2015